

BAILE DO CHOPP DOS BANCÁRIOS



26/03
sexta - 23H

LOCAL
Sociedade XV de Julho

ANIMAÇÃO
BanDaLarGah e Banda Alfajor

R\$ 20,00
(inclui caneco e chopp liberado)

Realização



FÓRUM
SOCIAL
MUNDIAL **10** ANOS
grande porto alegre



25 a 29 de Janeiro de 2010

Impresso Especial
9912209415 - DR/RD
SIND. BANCÁRIOS DE PELOTAS
CORREIOS

O TROCO

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região - janeiro de 2010



O PLANETA EM PERIGO



O fracasso da COP 15

Ano de eleição no País, Estado e Sindicato

O ano de 2010 começou mal. Enchentes, terremotos entre outras tragédias menores mas não menos doloridas abalaram o mundo inteiro. Mas ainda resta esperança de que as coisas melhorem ao longo do ano que está iniciando, pois não podemos esquecer que este será um ano de crucial importância política para o Estado e para o País, com as eleições para Presidência da República e Governador do Estado, dois pleitos que irão definir os rumos de nossas vidas.

Olhando um pouco mais para a realidade mais próxima dos bancários de Pelotas e Região, 2010 também será um ano importante para a categoria, pois teremos eleições para escolha da nova diretoria do Sindicato, que cumprirá mandato até 2013. Participar de uma eleição sindical, seja como candidato em uma chapa ou como votante, significa exercer a cidadania além de legitimar a representação dos trabalhadores. A categoria bancária é, sem dúvida, uma das mais organizadas e fortes entre os trabalhadores do país, e mesmo assim luta com dificuldade para obter conquistas diante da classe patronal que mais arrecada e que ao mesmo tempo mais explora os trabalhadores. E foi exatamente por causa da forte organização sindical que os bancários têm hoje inúmeras conquistas trabalhistas, apesar de todo poderio econômico dos banqueiros. Podemos citar como exemplo, a Campanha Salarial de 2009, em que os patrões tentaram sem sucesso barrar uma PLR mais justa, ou seja, além do fixo, temos direito a 2% do lucro do banco pago linearmente. Além disso, em nossa última Campanha Salarial, conquistamos a ampliação da licença maternidade de quatro para seis meses. Tudo graças à mobilização da categoria.

A direção do Seeb Pelotas apela a todos bancários para que participem de forma ativa de atividades do Sindicato neste ano e da eleição sindical que ocorrerá em março.

Expediente

Periódico do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região
Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS
Fone: (53)3225.4108 e 3225.4066

Coordenador de Comunicação - Luís Diogo

Jornalista Responsável - Jairo Sanguinê (Reg. Prof. 6445)

Designer Responsável - Pablo Lisboa

Revisão - André Amaral (Reg. Prof. 12563)

Estagiário de Jornalismo - Hermeto Vianna

Impressão - Gráfica Seriarte

O jornalismo derrotado

Marcos Rolim (*)

A julgar pelos noticiários, um fantasma assola o Brasil: o Programa Nacional de Direitos Humanos em sua 3ª versão (PNDH-III). Todas as potências da Santa Aliança unem-se contra ele: setores da mídia, políticos conservadores, o agronegócio, os militares e a cúpula da Igreja. Os críticos afirmam que o programa propõe a "revisão da Lei de Anistia", que é autoritário ao propor "controle sobre os meios de comunicação", além de ser "contra o agronegócio". Radicalizando, houve quem -fora dos manicômios - identificasse no texto disposição por uma "ditadura comunista". É hora de denunciar esta farsa onde a desinformação se cruza com o preconceito e a manipulação política.

Auxiliei a redigir o texto final do Programa, juntamente com os professores Paulo Sérgio Pinheiro e Luiz Alberto Gomes de Souza. A parte que me coube foi a da Segurança Pública, mas participei de todos os debates. Assinalo, assim, que a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos havia proposto uma "Comissão de Verdade e Justiça"; nome que traduzia a vontade de "investigar e punir" os responsáveis pelas violações durante a ditadura. O PNDH-III, entretanto, propôs uma "Comissão da Verdade", porque prevaleceu o entendimento de que o decisivo é a recuperação das informações, ainda sonegadas, sobre as execuções e a tortura. O Programa não fala em "revisar a Lei da Anistia"; pelo contrário, afirma que a Comissão deve "Colaborar com todas as instâncias do Poder Público para a apuração de violações de Direitos Humanos, observadas as disposições da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979". Para quem não sabe, a lei citada é a Lei de Anistia.

A notícia, assim, era o afastamento da pretensão punitiva. O caminho escolhido, como se sabe, foi o oposto; o que não assinala informar mal, mas desinformar, simplesmente.

No mais, é interessante que os críticos nunca tenham se manifestado quando, no período do presidente Fernando Henrique Cardoso, propostas muito semelhantes foram apresentadas. Senão vejamos: no que diz respeito aos conflitos agrários, o PNDH-I

(1996) já propunha "projeto de lei para tornar obrigatória a presença no local, do juiz ou do Ministério Público, no cumprimento de mandado de manutenção ou reintegração de posse de terras, quando houver pluralidade de réus, para prevenir conflitos violentos no campo, ouvido também o INCRA". O PNDH-II, seis anos depois, repetiu a proposta. Qual a novidade, neste particular, do PNDH-III? Apenas a idéia de mediação dos conflitos; prática que tem sido usual e que seria institucionalizada por lei. A Senadora Kátia Abreu, então, pode ficar tranqüila. Se o governo apresentar o projeto, ela terá a chance de se posicionar contra a mediação de conflitos e exigir que o tema seja resolvido à bala, como convém a sua particular concepção de democracia.

Quanto à reação ao tal "ranking" de veículos comprometidos com os direitos humanos, o assombro é ainda maior, porque o primeiro PNDH trouxe a ideia de: "Promover o mapeamento dos programas de rádio e TV que estimulem a apologia do crime, da violência, da tortura, das discriminações, do racismo, (...) e da pena de morte, com vistas a (...) adotar as medidas legais pertinentes". A mesma proposta foi repetida no PNDH-II. Assinale-se que o PNDH-II propôs, além disso: "Apoiar a instalação do Conselho de Comunicação Social, com o objetivo de garantir o controle democrático das concessões de rádio e TV (...) e coibir práticas contrárias aos direitos humanos" e "Garantir a fiscalização da programação das emissoras de rádio e TV, com vistas a assegurar o controle social (...) e a penalizar as empresas (...) que veicularem programação ou publicidade atentatória aos direitos humanos". Uau! Não são estas as armas dos inimigos da "liberdade de expressão"? Mas, se é assim, porque os críticos não identificaram o "ovo da serpente" na época?

Mais uma vez, ao invés de aprofundar o debate sobre as políticas públicas, a maior parte da mídia se deliciou com a reação vexatória dos militares, com o oportunismo da direita e com o medievalismo da Igreja e o fez às custas da informação, para não

(*) Jornalista e sociólogo, professor da Cadeira de Direitos Humanos do IPA e consultor em segurança pública e direitos humanos. Ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.



Acompanhe as notícias dos bancários

ACESSE

www.bancariospel.org.br



Empregados da Caixa comemoram 149 anos com protesto

Com Dia de Luta por PCC digno, funcionários fizeram mobilização em todo o país.

Os empregados da Caixa comemoraram no dia 12 de janeiro, os 149 anos de fundação da empresa com mobilizações por todo o país. Em Pelotas, os diretores do Sindicato dos Bancários distribuíram edição especial do jornal "Nossa Luta" em todas as agências da cidade. As reivindicações reforçaram o descontentamento dos bancários com a empresa, que insiste em não valorizá-los a altura do que merecem.

"Exigimos um novo Plano de Cargos Comissionados (PCC), digno, sem distorções e injustiças. Além disso, também consideramos inaceitáveis uma série de itens do plano da Caixa que são prejudiciais aos trabalhadores, como a redução de jornada com redução de salário,

manutenção de jornada de oito horas para funções de gestão e jornada aberta para chefes de unidades, retaliação nas regras de transição (exclusão de quem não saldou o REG/Replan) e crescimento horizontal por meio do CTVA e por avaliação de mérito", afirma Plínio Pavão, secretário de saúde da Contraf-CUT e funcionário do banco.

Enquanto ocorriam os atos, a Presidente do banco Federal, Maria Fernanda, participava da cerimônia de comemoração dos 149 anos da instituição, apresentando uma breve retrospectiva da empresa no ano anterior, afirmando que a Caixa foi consolidada em 2009. "A expectativa de crescimento é principalmente para o crédito habitacional. No ano passado superamos a

barreira dos R\$ 45 bilhões", disse Fernanda. "Fizemos a aquisição no fim do ano do banco PanAmericano e continuamos a estudar outros setores importantes para a Caixa nos quais a empresa possa se consolidar", completa.

A Contraf-CUT e o movimento nacional dos empregados consideram inaceitáveis uma série de itens do plano da Caixa que são prejudiciais aos trabalhadores, como a redução de jornada com redução de salário, manutenção de jornada de oito horas para funções de gestão e jornada aberta para chefes de unidades, retaliação nas regras de transição (exclusão de quem não saldou o REG/Replan) e crescimento horizontal por meio do CTVA e por avaliação de mérito.



Banrisul segue como alvo de assaltantes

Mal começou o ano e o Banrisul já sofreu vários assaltos no Estado, confirmando sua posição de banco que mais sofre assalto no RS. Só nas duas primeiras semanas, houve dois assaltos em agências da capital.

A fragilidade das fachadas dos bancos em geral mais uma vez reforça a necessidade de blindagem das agências. Em Pelotas, a lei está em vigor desde o outubro do ano passado, porém não é cumprida e muito menos fiscalizada pela Prefeitura.

Anuênio - A coordenadoria jurídica do Sindicato dos Bancários de Pelotas informa que no dia 13 de janeiro foi realizada audiência em que foi concedido prazo ao Sindicato para manifestar-se sobre as alegações do banco de que o pagamento dos anuênios está correto. No entanto, o Acordo Coletivo 2008/2009 previa que o anuênio deveria ser reajustado pelo mesmo índice do salário, o que não ocorreu em alguns casos.

BB deve comprar instituição financeira nos EUA e Argentina até junho

As negociações do Banco do Brasil (BB) para a aquisição de instituições financeiras no exterior estão avançadas e algumas devem ser concluídas até junho, na Argentina e nos Estados Unidos. "Seguramente haverá compras até junho. Os processos nos EUA e na Argentina andam em paralelo", afirmou ao Valor uma fonte próxima às negociações.

A estratégia do banco, já traçada há mais de um ano, é se lançar no exterior. Nos EUA, a ideia é atender à comunidade de brasileiros, estimada em 1,4 milhão de pessoas, enquanto, na Argentina, o banco buscará explorar o segmento corporativo.

O BB, que sempre optou pelo crescimento orgânico, mudou sua estratégia depois da aquisição da Nossa Caixa. "O banco percebeu que essa é uma forma mais rápida de ganhar 'market share' e de crescer", informou a fonte.

A alternativa vem também em um momento

em que o BB aguarda a autorização do Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA, para entrar no mercado americano via a abertura de um banco de varejo no país. Dos pedidos do banco brasileiro, até agora, apenas a autorização para a criação da subsidiária de remessas - a BB Money Transfers - foi aprovada.

Com a demora para a autorização, torna-se melhor comprar um banco já existente, operação que tem aprovação mais fácil da autoridade americana.

Em entrevista ao Valor no fim do ano passado, o presidente do banco, Aldemir Bendine, afirmou que não tem interesse nos ativos dos bancos a ser comprados, pois quer apenas a infraestrutura da instituição para atuar no país.

Na Argentina, já foram explicitados os interesses da instituição pelo Banco

Patagônia. Mas, ali, a ideia seria atender às mais de 200 companhias brasileiras que atuam no país vizinho.

O BB já é o banco brasileiro com maior presença internacional. Está em 23 países com 44 dependências, entre agências e escritórios de representação. A instituição, no entanto, ainda faz mistério sobre os nomes daqueles que estão no seu radar.

(Fonte: Valor Online)

Abono assiduidade

Mais um item da isonomia para os funcionários pós-98 foi vencido na última Campanha. No Acordo Aditivo do BB 2009/2010 os "novos" bancários conquistaram o direito a vender e a acumular o abono de cinco dias por ano. A partir deste 13 de janeiro a venda pode ser feita pelo sistema do banco.

O fracasso da COP-15

O capital aqueceu o planeta, usou e abusou dos recursos naturais e agora não se dispõe a propor alternativas

“Se o clima fosse um banco privado, esse assunto já estaria resolvido há muito tempo”. A sarcástica afirmação feita pelo presidente venezuelano Hugo Chávez durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), que se encerrou em dezembro em Copenhague, é reveladora da pouca boa-vontade política demonstrada pela maioria dos líderes mundiais na tentativa de se chegar a um acordo com força de lei para combater o aquecimento global.

O sabor do fracasso já se apresentava nos últimos dias da COP-15 graças à posição irredutível assumida pelo governo dos Estados Unidos, que não foi além do prometido corte de 17% até 2020 de suas emissões de gases provocadores do efeito estufa, tendo como base o ano de 2005. Se levado em conta o ano-base para os cálculos de redução estabelecidos no Protocolo de Kyoto, que é 1990, a redução proposta pelo presidente Barack Obama é de apenas 4%.

A tímida proposta apresentada pelo maior emissor histórico de gases-estufa fez com que outros países ricos se movessem muito pouco. União Européia e Japão, por exemplo, não cumpriram o prometido, que era avançar nas propostas iniciais de redução de emissões (20% e 25%, respectivamente) que levaram à Copenhague.

Do outro lado, os países em desenvolvimento, sobretudo China e Índia, também fincaram pé em algumas posições como, por exemplo, não aceitar metas obrigatórias de

redução de emissões ou não aceitar a criação de mecanismos externos de verificação e monitoramento das metas assumidas.

O impasse já era claro na primeira semana de COP-15, e os rumores entre os diplomatas nos corredores do Bella Centre davam conta de que dois documentos seriam alinhavados na capital dinamarquesa. O primeiro seria o rascunho da segunda fase do Protocolo de Kyoto, que traria metas mais ambiciosas de redução dos gases-estufa para os países ricos e manteria a não obrigatoriedade dos países em desenvolvimento em assumir metas, respeitando o princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", presente no Protocolo.

O segundo documento foi elaborado com o intuito de trazer os EUA para dentro de um acordo e, ao mesmo tempo, contemplar a exigência dos países ricos de que os países em desenvolvimento também assumissem metas. Batizado como Compromisso de Longo Prazo, este documento não teria força de lei e faria menção a todas as metas nacionais assumidas por cada país.

Outros objetivos, como a manutenção do aumento médio da temperatura da Terra em um máximo de dois graus Celsius nas próximas décadas, também eram mencionados no documento, assim como a ousada promessa de redução global das emissões em 80% até 2050.

Mesmo com a presença de alguns ministros importantes, os negociadores não conseguiram destravar as principais questões até a chegada dos chefes de Estado, que começaram

a desembarcar em Copenhague a três dias do fim da conferência. Os mais importantes líderes estiveram na capital dinamarquesa: Wen Jiabao (China), Angela Merkel (Alemanha), Nicolas Sarkozy (França), Gordon Brown (Reino Unido) Mamohang Singh (Índia), Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e Barack Obama (EUA), entre outros.

Acordo de Copenhague

No entanto, tanta expressão política não foi suficiente para garantir o sucesso da COP-15. A partir de uma iniciativa de Sarkozy e Lula, alguns líderes ficaram reunidos durante a madrugada que antecedeu a plenária final. O esforço não deu resultado, e a conferência foi estendida em mais um dia.

Mas, diante da impossibilidade de se superar os obstáculos, os líderes foram, um a um, deixando Copenhague e retornando a seus países. Apesar da presença recorde de líderes globais, sequer foi feita a tradicional foto oficial ao final do evento, o que valeu o curioso comentário de um ambientalista do Greenpeace: "Parece que eles estão deixando a cena de um crime."

O "crime" em questão é o pífio resultado das negociações na COP-15, que sequer conseguiu cumprir o objetivo de apresentar dois documentos. Sobre a prorrogação do Protocolo de Kyoto, nada foi decidido, com as discussões empurradas para "ao longo de 2010" e nova tentativa de decisão na COP-16, que acontecerá em novembro no México.

O documento que seria o "Compromisso de Longo

Prazo", por sua vez, foi transformado no "Acordo de Copenhague", um papel sem força de lei, que somente cita as metas nacionais e a necessidade de se manter o aumento médio máximo da temperatura da Terra em dois graus. No documento final da COP-15, reduzido a uma carta de boas intenções políticas, sequer a meta de diminuir 80% das emissões globais até 2050 foi incluída, aumentando o sabor de fracasso em Copenhague.

Brasil fortalecido

Apesar do mau resultado da COP-15, o Brasil saiu fortalecido do encontro em Copenhague. A decisão de apresentar propostas voluntárias de redução das emissões, assim como a postura dos negociadores brasileiros no sentido de destravar as negociações foram muito elogiadas nos corredores do Bella Centre.

A intervenção do presidente Lula no plenário, quando defendeu o direito ao desenvolvimento para os países mais pobres e anunciou que o Brasil estaria disposto a contribuir financeiramente com um fundo global, foi o discurso de chefe de Estado mais aplaudido da conferência.

Apesar dos ganhos diplomáticos e da consolidação da posição de liderança do país no cenário internacional, o governo brasileiro saiu muito insatisfeito de Copenhague. Último a deixar a capital dinamarquesa, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, foi taxativo: "O governo dos EUA emperrou o acordo. Estou muito frustrado, esse é um dos dias mais tristes da minha vida."

(Fonte: Rede Brasil Atual)

Ampliação da Licença-Maternidade para bancárias já está valendo

Uma histórica conquista da categoria bancária, obtida na Campanha Salarial de 2010, já está em vigor. A partir de agora, a licença-maternidade das bancárias passa de 4 meses para 6 meses.

A conquista, prevista na cláusula 24ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT 2009/2010) da categoria, vem sendo desrespeitada por alguns bancos diante do argumento de que a Receita Federal ainda não disponibilizou formulário que normatiza a isenção

fiscal do Programa Empresa Cidadã. Pelo programa, as empresas que ampliam a licença de suas funcionárias não arcam com os custos, que ficam sobre encargo da Previdência.

O ministro da Fazenda em exercício, Nelson Machado, se comprometeu a solicitar à Receita Federal a emissão da portaria interna garantindo todos os procedimentos necessários para a normatização da isenção fiscal do Programa Empresa Cidadã. O ministro deixou claro que essa é uma questão burocrática

que será resolvida rapidamente.

A portaria que renovou o programa previsto no orçamento federal foi assinada em dezembro. De acordo com essa portaria a licença está valendo desde 23 de dezembro. Ou seja, os bancos devem respeitar a licença-maternidade de 180 dias conquistada pelas trabalhadoras e não podem obrigar as bancárias que já estão afastadas, a voltar antes do prazo de seis meses.

Negociações para acordo coletivo dos trabalhadores das Sociedades de Crédito começam mais cedo em 2010

Federação dos Bancários/RS e Sindfin – Sindicato das Instituições Financeiras Não Bancárias no RS, definem calendário de negociação para 2010

A Campanha Salarial dos trabalhadores das Sociedades de Crédito Financiamentos e Investimentos em 2010 começa com calendário antecipado de negociações com o sindicato patronal, SINDFIN.

A primeira reunião acontecerá no dia 08 de fevereiro de 2010, na qual as partes definirão os temas a serem discutidos nas reuniões seguintes que acontecerão até a data base da categoria, que tem início em 1º de agosto.

A expectativa é de que ocorram decisões favoráveis aos trabalhadores neste novo ciclo de negociações. A antecipação das negociações com o Sindfin é fruto da qualificação da mesa de negociação que obteve importantes avanços assinada na CCT - Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010.

Após as definições dos temas e ajustes no calendário de negociação, a Feeb/RS discutirá com seus sindicatos um calendário de discussões com os trabalhadores e trabalhadoras em Sociedades de Crédito Financiamentos e Investimentos no RS.

Veja o calendário de reuniões firmado para 2010:

- 08 de fevereiro
- 05 de abril
- 07 de junho
- 05 de julho
- 02 de agosto

Bancários do Santander/Real defendem PPR justa

Dirigentes sindicais exigem do Santander um critério para o pagamento de PPR (Programa de Participação nos Resultados) justo para os bancários. Para reafirmar a decisão, a categoria realizou, no dia 20, o Dia Nacional de Lutas com atividades em todo o país.

De forma injusta, o banco ofereceu um acordo de dois anos com pagamento de R\$ 1 mil de PPR e no mesmo período aprovou o montante de R\$ 223,8 milhões para remunerar seus 26 diretores executivos. Numa média de R\$ 8,26 milhões para cada um.

Enquanto o Santander patrocina eventos esportivos grandes como Fórmula 1 e Copa Libertadores, os bancários que estão na linha de frente dos atendimentos sofrendo assédio moral e cumprindo metas abusivas, recebem mil reais de participação, reafirmando a insensibilidade dos banqueiros.

Reajuste das passagens supera índice da inflação



Transporte cada vez mais caro em Pelotas

Já virou rotina em Pelotas. Todo o final de ano, o valor das passagens do transporte coletivo é reajustado, desconsiderando completamente aqueles que dependem deste serviço. Após as negociações entre trabalhadores rodoviários e as empresas de ônibus em relação ao reajuste salarial da categoria, que ficou em 7,5%, o cálculo do Secretário de Transportes e Trânsito, Jacques Reydams, levou em consideração um dos indicadores de maior impacto: o Índice de Passageiros

por Kilômetro (IPK). Segundo Reydams, o IPK vem sofrendo queda acentuada, ou seja, menos pessoas e por menos vezes vem usando o transporte coletivo para se locomover. O secretário justificou o aumento: “Nos últimos doze meses, as empresas verificaram, uma diminuição de mais de 2 milhões de passageiros e passagens. Quanto menor o número de passageiros, maior tende a ser o reajuste da tarifa”, afirma.

O reajuste nas passagens chegou a 10%. Para se ter uma idéia, a inflação de

2009 no Brasil foi menor que 5%. O reajuste dos bancários após a campanha salarial foi de 6% e os aposentados que ganham mais de um salário mínimo tiveram em seus vencimentos reajuste 6,14%. Enquanto isso, a prefeitura consentiu e deu às empresas aval para reajustar os valores das passagens acima do índice da inflação no ano, tornando o transporte público municipal cada vez mais caro.

Em março tem eleição para nova diretoria do Seeb Pelotas

657 bancários estão aptos a votar

Os bancários de Pelotas e Região elegem, nos dias 23 e 24 de março a nova diretoria da entidade, para exercer mandato no triênio 2010-2013. O período de inscrições inicia no dia 10 de fevereiro e encerra-se no dia 25 de fevereiro (veja calendário ao lado).

De acordo com o estatuto do Sindicato, podem votar todos os bancários sindicalizados até quatro meses antes da data da eleição. Portanto, estarão aptos a participar do processo como votantes um total de 657 bancários sindicalizados até 23 de novembro de 2009. Para participar de chapa, além deste prazo de sindicalização, o candidato deve ter no mínimo seis meses como trabalhador bancário.

CALENDÁRIO ELEITORAL

10/02
Publicação do Edital de Convocação do processo eleitoral

25/02
Prazo final para registro de chapas

23 e 24/03
ELEIÇÕES


Rádio Com
104,5 fm

NA
LUTA
PELA
DEMOCRATIZAÇÃO
DA
COMUNICAÇÃO